



Estratégia
CONCURSOS

TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO
2ª REGIÃO

SIMULADO

TRT-SP

CARTÃO DE RESPOSTAS - SIMULADO

NOME:

INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as respostas neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva. Não amasse, não dobre nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do Ranking Geral.
- O formulário pode ser acessado na página do Blog do **Estratégia Concursos**.

FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÃO/RESPOSTA					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E
51	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO – PROF.
ARTHUR LIMA**

1. Em uma escola existem 30 alunos de Minas Gerais, 50 de São Paulo, 25 da Bahia e 45 de Mato Grosso. Selecionando-se ao acaso os alunos desta escola, o menor número de alunos que devem ser escolhidos para que se tenha certeza de que dentre os selecionados exista um representante de cada estado é:

- a) 95
- b) 125
- c) 107
- d) 126
- e) 116

2. Sabe-se que a terça parte dos alunos matriculados no aulão de véspera do TRT/SP é formada por moradores da cidade de São Paulo. Destes moradores de São Paulo, sabe-se que exatamente $\frac{1}{15}$ moram no bairro da Vila Mariana. Como o total de alunos matriculados no aulão está entre 1130 e 1200, pode-se afirmar que os moradores de outras cidades que comparecerão ao evento totalizam:

- a) 740
- b) 760
- c) 780
- d) 800
- e) 820

3. Analisando um grupo de 180 alunos que estão se preparando para o concurso do TRT/SP, o prof. Arthur Lima notou que nenhum vai concorrer aos cargos de AJAJ, AJAA e TJAA ao mesmo tempo. Ele percebeu ainda que o número de alunos que vão concorrer exatamente a dois cargos é o mesmo, quaisquer que sejam os dois cargos considerados. O professor também observou que 70 alunos vão concorrer ao cargo de AJAJ, 60 para AJAA e 80 para TJAA. Todos os alunos vão concorrer a apenas esses cargos. Nesta situação, é correto afirmar que:

- a) O número de candidatos somente ao cargo de AJAA é igual a 50.

b) O número de candidatos a mais de um cargo é superior a 40.

c) O número de alunos que vão disputar somente o cargo de TJAA é igual à soma dos que vão disputar apenas os cargos de AJAA e AJAJ.

d) O número de alunos que vão disputar somente o cargo de TJAA é igual a 70.

e) O número de alunos que vão concorrer somente a um cargo é superior a 130.

 **RASCUNHO**

4. Sabendo-se que uma mercadoria foi vendida com 20% de lucro em relação ao preço de venda, pode-se dizer que o lucro em relação ao preço de custo foi de:

- a) 15%
- b) 20%
- c) 25%
- d) 30%
- e) 35%

5. Sendo verdadeira a proposição "Se Arthur é professor de Raciocínio Lógico ou Victor é professor de informática, então estudarei no Estratégia e serei aprovado no TRT/SP", pode-se também afirmar, com certeza, que:

- a) Se Arthur não é professor de Raciocínio Lógico e Victor não é professor de informática, então não estudarei no Estratégia ou não serei aprovado no TRT/SP.
- b) Se não estudei no Estratégia ou não fui aprovado no TRT/SP, então Arthur não era o professor de Raciocínio Lógico e Victor não era o professor de informática.
- c) Arthur é professor de Raciocínio Lógico ou Victor é professor de informática, e não estudei no Estratégia ou não fui aprovado no TRT/SP.
- d) Arthur não é professor de Raciocínio Lógico e Victor não é professor de informática, ou estudarei no Estratégia ou serei aprovado no TRT/SP.
- e) Se não estudei no Estratégia e não fui aprovado no TRT/SP, então Arthur não era o professor de Raciocínio Lógico e Victor era o professor de informática.

6. Considere as seguintes premissas de um argumento:

- I.** Se quero mudar a direção da minha vida, então estudo para concurso.
- II.** Estudo para concurso ou trabalho na iniciativa privada.
- III.** Não trabalho na iniciativa privada e não gosto da vida que levo.

Pode-se concluir que, necessariamente:

- a) Quero mudar a direção da minha vida e estudo para concurso.

b) Se estudo para concurso, então gosto da vida que levo.

c) Não estudo para concurso e trabalho na iniciativa privada.

d) Se gosto da vida que levo, então estudo para concurso.

e) Ou não trabalho na iniciativa privada ou estudo para concurso.

 **RASCUNHO**

PORTUGUÊS – PROF. DÉCIO TERROR

A crítica e o contraditório são fundamentais. Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas. Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas. A base da democracia é a liberdade de expressão. Sem oposição, não existe liberdade.

Uma crítica bem fundamentada destaca dados que um autor não percebeu. Um juízo ponderado é excelente. Mais de uma vez percebi que um olhar externo via melhor do que eu. Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento. Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar (*Quandoque bonus dormitat Homerus - Ars Poetica*, 359). A crítica pode nos despertar.

Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal. A boa crítica indica aperfeiçoamento. Notamos, no arguidor sincero, uma diminuição da passionalidade. Refulgem argumentos e dados. Mínguas questões subjetivas. Há mais substantivos e menos adjetivos. Não digo o que eu faria ou o que eu sou. Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos. Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo.

Duas coisas ajudam na empreitada. A primeira é conhecimento. Há um mínimo de formação. Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos. Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei. Pouco posso dizer sobre o que escassamente domino. A segunda é a busca da impessoalidade. Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho. Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito ou a que me incomoda pelo simples sucesso da sua existência. Critico o defeito e não a luz.

Cheguei a essas conclusões por já ter errado. Arrependo-me de críticas passionais. Tomei consciência de que dois ou três temas mexem tanto comigo, que a objetividade tende a diminuir. Questões ligadas ao racismo, à violência contra mulheres e à educação implicam uma carga emotiva forte para mim. Hoje, quando vejo que o debate roça nisso, submeto-me a redobrada atenção para evitar fazer aquilo que estou reclamando em outros.

Leandro Karnal

7. Leia as afirmações abaixo:

I. No primeiro parágrafo, o autor apresenta informações iniciais sobre o tema.

II. No segundo parágrafo, a menção a Horácio reforça estratégia de credibilidade do argumento a ser defendido.

III. Toda crítica é boa e ajuda no aperfeiçoamento do autor de uma obra.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I.

e) III.

8. No contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento em:

a) arguidor sincero = examinador afetuoso

b) mais substantivos e menos adjetivos = mais objetivismo e menos subjetivismo

c) Refulgem argumentos = some o raciocínio

d) diminuição da passionalidade = recrudescimento da paixão

e) alguém babando e adjetivando = alguém bajulando e devaneando

9. Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento. (linhas 11 e 12)

No contexto, possui a mesma função sintática que o elemento sublinhado acima o que está também sublinhado em:

a) Cheguei a essas conclusões por já ter errado. (linha 43)

b) Tomei consciência de que dois ou três temas mexem tanto comigo, que a objetividade tende a diminuir. (linhas 44 a 47)

c) Questões ligadas ao racismo, à violência contra mulheres e à educação implicam uma carga emotiva forte para mim. (linhas 47 a 49)

d) Pouco posso dizer sobre o que escassamente domino. (linhas 36 e 37)

e) A crítica e o contraditório são fundamentais. (linha 1)

10. Está correta a pontuação do seguinte segmento adaptado do texto:

- a) Para saber se a avaliação é boa, primeiro: ela deve mirar no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal.
- b) Para saber, se a avaliação é boa, primeiro, ela deve mirar no aperfeiçoamento do conhecimento, e não em um ataque pessoal.
- c) Para saber se a avaliação é boa primeiro, ela deve mirar no aperfeiçoamento do conhecimento, e não em um ataque pessoal.
- d) Para saber se a avaliação é boa, primeiro, ela deve mirar no aperfeiçoamento do conhecimento, e não em um ataque pessoal.
- e) Para saber se a avaliação é boa; primeiro, ela deve mirar no aperfeiçoamento do conhecimento, e não em um ataque pessoal.

11. Transpondo para a voz passiva o segmento "A crítica pode nos despertar" (linha 16), a forma verbal resultante é:

- a) pode ser despertada
- b) pode-se despertar
- c) podemos ser despertados
- d) pode ser despertada
- e) pode despertar-se

NOÇÕES SOBRE DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PROF. RICARDO TORQUES**12. Considerando a disciplina da Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência assinale a alternativa correta.**

- a) O atendimento prioritário à pessoa com deficiência é assegurado nos serviços de emergência públicos e privados, independentemente de protocolo de atendimento médico que não pode prevalecer diante da previsão expressa no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- b) Apenas das pessoas jurídicas de direito público é exigida a garantia de ambiente de trabalho acessíveis e inclusivo, pois em relação às pessoas jurídicas de direito privado tal garantia de acessibilidade é facultada.
- c) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício

mensal de um salário-mínimo, observado regramento específico.

- d) A curatela é prevista expressamente como medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, devendo durar o menor tempo possível, não havendo previsão para concessão da curadoria em caráter provisório.
- e) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão da deficiência constitui infração administrativa sujeita à multa a ser fixada equitativamente pelo juiz.

13. O Decreto 5.296/1994, que regulamenta a Lei de Acessibilidade e a Lei de Prioridade de Atendimento à Pessoa com Deficiência, classifica espécies de deficiência. Para que determinada limitação de longo prazo possa ser considerada deficiência mental, segundo o decreto, deverá observar alguns requisitos.**Considere:**

I. Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos.

II. Limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como habilidades sociais, habilidades acadêmicas e lazer.

III. Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.

IV. Dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

São requisitos para configuração da deficiência mental:

- a) os itens I e II, apenas.
- b) os itens I e IV, apenas.
- c) os itens I, II e IV, apenas.
- d) o item I, apenas.
- e) os itens II, III e IV, apenas.

INFORMÁTICA – PROF. VICTOR DALTON

14. Considere a planilha abaixo, digitada por uma Analista no LibreOffice Calc 5.1, em português.

	A	B	C	D
1	SEÇÃO	ZONA	MUNICÍPIO	LOCAL VOTAÇÃO
2	14	1	ABAETÉ	PREFEITURA MUNICIPAL
3	143	4	CRISÓLITA	CRECHE CIRANDINHA
4	76	13	ANDRADAS	APAE
5	49	16	ARAGUARI	COLÉGIO OBJETIVO
6				
7	Busca de local de votação			
8	ANDRADAS			

Na célula A8 foi realizada uma pesquisa no intervalo de células de A2 até D5, pelo município correspondente à seção 76. A fórmula corretamente utilizada nessa pesquisa foi:

- a) =PROCH(76;A2:D5;3;0)
- b) =PROCV(A2:D5;76;C2:C5)
- c) =BUSCAR(76;A2:D5;3)
- d) =PROCH(A2:D5;76;C2:C5)
- e) =PROCV(76;A2:D5;3;0)

15. Marcos possui o seguinte texto digitado no Microsoft Word 2010, em português:

Nome	Salário
Ana Maria	R\$ 1590,00
Paulo Cesar	R\$ 5460,89
Mauro Gomes	R\$ 2890,78

Deseja utilizar um procedimento para transformar a tabela acima no seguinte texto:

Nome - Salário

Ana Maria - R\$ 1590,00

Paulo Cesar - R\$ 5460,89

Mauro Gomes - R\$ 2890,78

Para isto, selecionou a tabela, clicou na guia **Layout**, própria para tabelas, selecionou a opção Na janela que se abriu, no campo **Separar Texto com:** selecionou **Outro:** e digitou no

campo à direita o valor - (hífen). Para concluir, clicou no botão **OK**.

Preenche corretamente a lacuna acima:

- a) Converter Tabela em Texto.
- b) Conversão Rápida em Texto.
- c) Ferramentas de Tabela.
- d) Desenhar Tabela.
- e) Tabelas Rápidas.

16. Hipoteticamente, para orientar os usuários de computadores do TRT-SP a se prevenirem contra ataques de códigos maliciosos (*Malwares*), um Analista de Sistemas, além de especificar a instalação de mecanismos de proteção e manter a atualização de programas e do sistema operacional dos computadores, orientou os usuários a configurar o sistema operacional para não permitir a reprodução automática de mídias e dispositivos, pois podem ocorrer ataques, principalmente, do tipo

- a) *Worm*.
- b) *Trojan*.
- c) *Bot*.
- d) Vírus.
- e) *Spyware*.

17. O usuário de um computador com sistema operacional Windows 10, em português, criou, em adição ao original, mais um Ambiente de Trabalho (Desktop) virtual para organizar as janelas de aplicativos em uso. Estando no ambiente original (primeiro), uma forma de alternar (chavear) para o segundo ambiente é pressionar as teclas: Windows + Tab, simultaneamente, e escolher o segundo ambiente utilizando o mouse. Outra forma de realizar a mesma ação é pressionar simultaneamente as teclas:

- a) Windows + Tab + Alt.
- b) Windows + Ctrl + Seta direita.
- c) Windows + Alt + Seta abaixo.
- d) Windows + Alt + Espaço.
- e) Windows + Ctrl + Tab.

18. Na estrutura de diretórios do sistema operacional Linux, os diretórios /tmp e /dev são destinados, respectivamente, a

- a) arquivos variáveis, ou seja, passíveis de mudanças, como arquivos de logs do sistema; e armazenamento de informações referentes aos usuários do sistema operacional.
- b) arquivos temporários; e arquivos de configurações específicas de programas.
- c) processos que estejam sendo executados; e arquivos de dispositivos.
- d) arquivos temporários; e arquivos de dispositivos.
- e) arquivos de inicialização; e arquivos do super usuário.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO – PROF. PAULO GUIMARÃES

19. Toda instituição pública e seus servidores devem nutrir valores essenciais à boa convivência e produtividade. Assinale a alternativa que apresenta a definição adequada de valor.

- a) felicidade, esforço, competição, disputa e valentia, na medida em que valores humanos equivalem a interesses materiais que afetam a conduta das pessoas.
- b) disciplina, que reflete automaticamente a busca do ser humano pela satisfação de seus desejos.
- c) crise de consciência, necessária e saudável, para que o ser humano enfrente seus obstáculos e supere sua humanidade.
- d) sentido de força, coragem, eficiência, eficácia, poder e capacidade de luta e vitória sobre seus adversários e concorrentes.
- e) conjunto de características de uma determinada pessoa, que determina a forma como ela se comporta e interage com outros indivíduos e com o meio ambiente.

20. Assinale a alternativa que define corretamente o termo ética.

- a) Trata-se da reflexão referente aos valores morais de um indivíduo, um grupo ou uma sociedade.
- b) Trata-se de normas estabelecidas formalmente para disciplinar a vida em sociedade.

- c) É toda regra necessária ou obrigatória.
- d) É estar de acordo com os bons costumes.
- e) É um conjunto de preceitos que objetivam dirigir a vida de um homem.

DIREITO ADMINISTRATIVO – PROF. ERICK ALVES

21. O Presidente do TRT-SP deferiu pedido de licença para capacitação a servidor em estágio probatório, sob a justificativa de que a ausência do servidor não prejudicaria o andamento dos serviços. Nesse caso, o ato administrativo citado apresenta vício de

- a) motivo.
- b) forma.
- c) objeto.
- d) sujeito.
- e) finalidade.

22. “O embate entre a Petrobras e o Ministério de Minas e Energia girou em torno do preço de referência. A Petrobras pleiteou o direito de estabelecer ela mesma esse valor, enquanto Minas e Energia defendeu que essa é uma atribuição da ANP (Agência Nacional de Petróleo). A posição do ministério prevaleceu.”

(Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 4/6/2018)

Considerando o trecho acima, bem como as disposições legais e doutrinárias sobre o tema “organização administrativa”, assinale a alternativa correta:

- a) A Petrobras e a ANP são entidades da administração pública federal subordinadas ao Ministério de Minas e Energia e, por isso, devem acatar as determinações deste órgão relativas à definição do preço de referência dos combustíveis.
- b) A ANP é uma agência reguladora federal que, apesar de possuir personalidade jurídica de direito público, também atua sob o regime de direito privado, a exemplo de quando regulamenta a definição do preço de referência dos combustíveis.
- c) O Ministério de Minas e Energia é órgão do Poder Executivo Federal, oriundo de desconcentração administrativa em razão da matéria, subordinado ao Presidente da

República, criado e organizado por lei, podendo, em determinadas circunstâncias, ter seu funcionamento regulamentado mediante decreto, possuindo, entre outras, a atribuição de exercer controle finalístico sobre as entidades da administração indireta federal do seu ramo de atuação, como a Petrobras e a ANP.

d) A Petrobras é uma sociedade de economia mista federal que explora atividade econômica, em regime de direito privado e em concorrência direta com o mercado, razão pela qual não se submete a controle de outros órgãos da Administração Pública.

e) A Petrobras e a ANP, como entidades da administração indireta federal, foram criadas por lei, através de descentralização administrativa por outorga, possuem patrimônio próprio, capacidade de auto-administração e autonomia para gerenciar sua programação financeira, seguindo as diretrizes aprovadas pelo Ministério de Minas e Energia.

23. O TRT/SP pretende alugar um imóvel para instalar um novo centro de treinamento de servidores. Para tanto, identificou um imóvel vizinho à atual sede do Tribunal. A locação desse imóvel seria ideal, pois evitaria grandes deslocamentos dos servidores durante os cursos e não prejudicaria os serviços da Corte.

No caso em tela, levando em consideração que o proprietário do imóvel pretendido está disposto a alugá-lo pelo preço de trinta mil reais por mês, por 36 meses, de acordo com o texto da Lei nº 8.666/93, o TRT:

a) poderá discricionariamente alugar o imóvel pretendido, sem realização de prévia licitação, por inexigibilidade do certame, pois a competição é possível mas não recomendável, caso se atenda ao valor de mercado.

b) poderá discricionariamente alugar o imóvel pretendido, sem realização de prévia licitação, que é dispensável, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

c) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, em razão do valor global da contratação, considerando todo o período do contrato, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

d) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade tomada

de preços, em razão do valor global da contratação, considerando todo o período do contrato, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

e) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade carta-convite, em razão do valor mensal da contratação, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

24. Em matéria de controle da Administração Pública, o TRT-SP:

a) não está sujeito a qualquer controle externo pelos Poderes Executivo e Legislativo, mas se submete ao Poder Judiciário, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

b) possui seu sistema de controle interno que, por fazer parte do Poder Judiciário, não pode revogar atos administrativos do TRT-SP, mas apenas anulá-los por razões de legalidade.

c) possui seu sistema de controle interno que, em razão do princípio da independência entre os Poderes, deve funcionar de maneira isolada em relação ao sistema de controle interno dos demais poderes.

d) está sujeito a controle externo, como aquele exercido pelos órgãos superiores do Poder Judiciário, como o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Contas da União.

e) está sujeito a controle externo, como aquele exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas da União.

25. Os serviços públicos a cargo do Estado ou de seus delegados são voltados aos membros da coletividade e devem obedecer a certas normas compatíveis com o prestador, os destinatários e o regime a que se sujeitam. Nesse contexto, como princípio dos serviços públicos, destaca-se o da:

a) competitividade, segundo o qual determinado delegatário de serviço público não tem direito de prestar o serviço até o final do contrato, eis que a Administração, a qualquer tempo, pode trocar de delegatário, caso surja outro particular com melhor preço;

b) eficiência, segundo o qual os serviços públicos devem ser prestados com a maior eficiência possível, com qualidade superior à da iniciativa privada, razão pela qual a Administração está obrigada a realizar avaliação mensal sobre o proveito do serviço prestado;

c) modicidade, segundo o qual os serviços públicos devem ser remunerados a preços que viabilizem margem razoável de lucro ao poder público, independentemente da avaliação do poder aquisitivo do usuário;

d) especialidade, segundo o qual os serviços públicos devem ser prestados com amplitude limitada, para beneficiar uma coletividade específica que deles necessite e tenha condições financeiras para arcar com as despesas;

e) continuidade, segundo o qual os serviços públicos não devem sofrer interrupção, ou seja, sua prestação deve ser contínua para evitar que a paralisação provoque, como às vezes ocorre, colapso nas múltiplas atividades particulares.

26. Considere a seguinte situação hipotética: Carlos é servidor público do TRT-SP e ocupa o cargo de chefia em um dos setores do Tribunal. Alguns meses antes das eleições federais, Carlos, que é filiado a determinado partido político, obrigou os servidores a ele subordinados a filiarem-se ao mesmo partido, objetivando, assim, angariar votos ao seu candidato a Presidente da República. Cumpre salientar que Carlos tem um histórico funcional exemplar, não tendo sofrido anteriormente qualquer penalidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar concernente à penalidade a que Carlos está sujeito, no tocante à conduta mencionada, prescreverá em

- a)** 2 anos.
- b)** 180 dias.
- c)** 5 anos.
- d)** 3 anos.
- e)** 1 ano.

27. Roberval, ex-Presidente de um banco público, foi processado por improbidade administrativa pelo Ministério Público pela prática de ato que importa enriquecimento ilícito. Em síntese, sustentou a Promotoria que Roberval percebeu vantagem econômica para intermediar a liberação de empréstimo subsidiado com recursos públicos. Em sua defesa, Roberval alegou e provou que sua conduta foi meramente culposa, que inexistiu prejuízo ao erário e que suas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Nos termos da Lei nº 8.429/1992,

a) apenas o primeiro argumento de Roberval afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.

b) todos os argumentos de Roberval afastam a caracterização do ato ímprobo praticado.

c) apenas o segundo argumento de Roberval afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.

d) nenhum dos argumentos de Roberval afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.

e) apenas o segundo e terceiro argumentos de Roberval afastam a caracterização do ato ímprobo praticado.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO – PROF. ANTONIO DAUD JR

28. Em relação às alterações do contrato de trabalho, marque a alternativa correta de acordo com as disposições celetistas:

a) A reversão não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho, muito embora assegure ao empregado a manutenção do pagamento da gratificação de função correspondente, quando resultar de determinação patronal sem justo motivo.

b) É ilícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

c) Admite-se a alteração para o regime de tempo parcial, desde que realizada mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva.

d) empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a adicional de transferência de no mínimo 25% do salário do empregado.

e) no uso de seu poder diretivo, o empregador pode determinar que o empregado passe a laborar em outro local, desde que tal alteração nunca implique mudança de residência do empregado.

29. Thanos é auxiliar administrativo na empresa Joias do Infinito Ltda., com jornada de trabalho de 44 horas semanais. Em virtude do pedido de demissão de seu colega de trabalho, que também exerce a função de auxiliar administrativo, há 10 anos Thanos presta uma hora extra por dia.

Finalmente, após a contratação de Toni para a mesma função, Thanos voltou a laborar a jornada normal de trabalho, tendo sido suprimido o pagamento das referidas horas extras pela empresa.

De acordo com entendimento sumulado do TST, nesta situação, Thanos

a) faz jus a uma indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, em relação à totalidade do período de prestação de serviço acima da jornada normal.

b) faz jus a uma parcela, com natureza salarial, correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

c) não faz jus a qualquer pagamento, tendo em vista que a supressão das horas extras se insere no poder diretivo do empregador.

d) faz jus a uma indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

e) faz jus à incorporação do referido adicional ao seu salário, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira e o fato de ter prestado horas extras habituais por período superior a 10 anos.

30. De acordo com a CLT, o contrato por prazo determinado NÃO será válido em decorrência de

a) serviço cuja natureza justifique a predeterminação do prazo, não podendo ser estipulado por mais de 2 anos.

b) contrato de experiência, o qual não poderá exceder de 90 dias.

c) atividades empresariais de caráter transitório.

d) serviço cuja transitoriedade justifique a indeterminação do prazo.

e) termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

31. Em relação ao contrato de trabalho, marque a alternativa INCORRETA:

a) O exercício do poder fiscalizatório pelo empregador não pode se dar de forma desmesurada, não se admitindo a realização de revistas íntimas nas empregadas de empresas de guarda de bens e valores.

b) No uso do poder diretivo pode o empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.

c) A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, salvo nas hipóteses em que forem necessários procedimentos ou produtos diferentes dos utilizados para a higienização das vestimentas de uso comum.

d) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

e) Contrato intermitente de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

32. De acordo com entendimento sumulado do TST,

a) Será considerada discriminatória a ruptura do contrato de trabalho de portador do vírus HIV, ainda que decorra de comprovada prática de falta grave pelo empregado, em face de circunstancial debilidade física causada pela AIDS e da discriminação e preconceito do portador do vírus HIV.

b) Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria especial.

c) A caracterização da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, será feita através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, de modo que o pagamento do respectivo adicional por mera liberalidade da empresa não dispensa a produção de laudo pericial.

d) Não têm direito ao adicional de periculosidade os comissários de bordo e demais tripulantes que permanecem a bordo das aeronaves durante o respectivo período de abastecimento.

e) Considera-se em prontidão o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando em sua casa a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.

33. Considere as hipóteses abaixo:

I. A categoria de trabalho de Hiram está em greve, período em que não houve pagamento de salários, segundo autorização judicial.

II. Wagner foi eleito diretor da empresa na qual era empregado.

III. Adriana está em gozo de intervalo para repouso e alimentação, não computado na jornada de trabalho.

IV. Alice compareceu em juízo em decorrência de convocação judicial para atuar como testemunha.

Trata-se de hipóteses de suspensão do contrato de trabalho as indicadas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II e III.

34. Em relação à comissão para entendimento direto prevista no art. 510-A e seguintes da CLT, marque a alternativa correta:

a) Entre as atribuições expressas desta comissão, está a celebração de acordos coletivos com o empregador.

b) Para organizar as eleições é formada uma comissão, a qual deve ser integrada por cinco empregados, candidatos ou não, vedada a interferência da empresa e do sindicato da categoria.

c) Os empregados da empresa poderão candidatar-se à representação, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio (trabalhado ou indenizado).

d) O membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão

poderá se recandidatar apenas nos dois períodos subsequentes.

e) Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação secreta, permitido o voto por representação.

35. Para não perderem os jogos da Copa do Mundo de 2018 transmitidos durante o horário de expediente, três empregados da AlfaBetaGama Ltda. acertaram entre si que iriam permanecer no local de trabalho, dedicando-se exclusivamente a assistir aos jogos. Nesta situação, a partir da atual redação da CLT, pode-se concluir que o período de tempo em que os empregados permanecem nesta atividade

a) é considerado tempo à disposição do empregador, pois trata-se de atividade desempenhada dentro das dependências da empresa.

b) é considerado tempo à disposição do empregador, na medida em que o empregador concordou com tal situação.

c) não é considerado tempo à disposição do empregador, mas poderá ser computado como período extraordinário, caso exceda a jornada normal de trabalho.

d) deve ser computado na jornada de trabalho, porquanto futebol é símbolo constitucional da República Federativa do Brasil, o que reveste a atividade de caráter patriótico, diretamente ligada aos valores sociais do trabalho e à dignidade do trabalhador.

e) não é considerado tempo à disposição do empregador, podendo tal período ser compensado no mesmo mês mediante ajuste escrito ou tácito.

36. Em relação às regras celetistas sobre as férias, marque a alternativa correta:

a) As férias serão adquiridas por ato do empregador, em um só período, nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

b) O reembolso de despesas com medicamentos, por ostentar natureza salarial, deve ser computado na remuneração de férias do empregado, inclusive com um terço a mais.

c) O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias no trabalho com as férias escolares.

d) É vedado o início das férias no período de três dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

e) O período de férias poderá, a critério do empregador, ser fracionado em até dois períodos, sendo um deles de, no mínimo, quatorze dias corridos.

37. De acordo com as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

a) constitui objeto ilícito de convenção ou acordo coletivo do trabalho o banco de horas anual.

b) pactuação da jornada de trabalho, desde que respeitados os limites constitucionais, é assunto em relação ao qual regras negociadas coletivamente poderão se sobrepor às disposições celetistas.

c) as disposições contidas em convenção coletiva ou em acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em relação ao sobreaviso, desde que se refira à categoria dos eletricitários.

d) repouso semanal remunerado constitui objeto ilícito de convenção coletiva de trabalho, mas não de acordo coletivo, dado o princípio da especificidade.

e) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho prevalecerão sobre as estipuladas em acordo coletivo de trabalho.

DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. RICARDO VALE E NÁDIA CAROLINA

38. José Silva é empregado da empresa Fortuna Importação e Comércio de Alimentos Ltda há mais de 5 anos. Devido a mudanças na gestão, José Silva começou a sofrer perseguição e ameaças feitas por um dos gerentes da empresa, decidindo, então, pedir sua demissão.

José Silva resolve, após conversar com advogado trabalhista, ingressar com ação de indenização por danos morais em face da empresa Fortuna Importação e Comércio de Alimentos.

Paralelamente, José Silva apresenta denúncia anônima ao Ministério Público do Trabalho que, após a instauração de procedimento preparatório, constata que há indícios de crime contra a organização do trabalho, devendo ser objeto de ação penal.

Na situação apresentada, é correto afirmar que para processar e julgar as referidas ações a competência é da:

a) Justiça do Trabalho para a ação indenizatória e da Justiça Federal para a ação penal.

b) Justiça do Trabalho para a ação indenizatória e para a ação penal.

c) Justiça Federal para a ação indenizatória e para a ação penal.

d) Justiça Federal para a ação indenizatória e da Justiça do Trabalho para a ação penal.

e) Justiça Estadual para a ação indenizatória e para a ação penal.

39. Alberto é servidor público ocupante de cargo efetivo no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP). Em 2018, por ter cumprido os requisitos constitucionais, Alberto se aposenta voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Após sua aposentadoria, Alberto recebe convite para ocupar cargo em comissão na Secretaria Estadual de Fazenda, do estado de São Paulo.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) Alberto não poderá ser nomeado para cargo em comissão, em virtude de impedimento constitucional à acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de outro cargo público.

b) Alberto poderá ser nomeado para ocupar o cargo em comissão, mas não poderá acumular a remuneração desse cargo com os proventos de aposentadoria.

c) A nomeação de Alberto para cargo em comissão somente poderá ocorrer após 3 anos de sua aposentadoria.

d) Alberto poderá ser nomeado para ocupar o cargo em comissão, sendo possível a acumulação da remuneração desse cargo com os proventos de aposentadoria.

e) Alberto só poderia ser nomeado para ocupar cargo em comissão caso tivesse se aposentado compulsoriamente.

40. Lei estadual, de iniciativa parlamentar, é editada com o objetivo de fixar o número máximo de alunos em sala de aula, a fim de viabilizar que cada estudante tenha o

máximo aproveitamento das atividades de ensino.

O Governador ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o STF, alegando ter havido invasão da competência legislativa da União. A argumentação do Governador está:

a) correta, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

b) correta, uma vez que os Estados não têm competência para editar lei fixando número máximo de alunos em sala de aula.

c) incorreta, uma vez que a inconstitucionalidade da lei é motivada pela existência de vício de iniciativa.

d) incorreta, uma vez que é competência dos Estados legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

e) incorreta, uma vez que os Estados podem legislar acerca de normas específicas de educação e ensino.

41. Entidade do "Sistema S" emprega recursos públicos na aquisição de imóveis por valores acima do padrão de mercado, o que chama a atenção do Tribunal de Contas da União. Com vistas a apurar o fato, o TCU instaura procedimento de tomada de contas especial em face da entidade, o qual tramita em sigilo.

A empresa XYZ Incorporações Imobiliárias S/A, receosa de estar envolvida em irregularidades com a referida entidade estatal do "Sistema S", solicita ao TCU que lhe forneça acesso aos autos do processo de tomada de contas especial. O TCU, todavia, nega o acesso aos autos do processo, alegando que ele tramita em sigilo.

Diante da situação apresentada, a empresa XYZ Incorporações Imobiliárias:

a) poderá impetrar *habeas data* perante o STF.

b) poderá impetrar *habeas data* perante o STJ.

c) poderá impetrar mandado de segurança perante o STF.

d) poderá impetrar mandado de segurança perante o STJ.

e) não poderá fazer uso de nenhum remédio constitucional, uma vez que não é interessada no processo de tomada de contas especial.

42. Adalto é dono da empresa ABC Industrial S/A e tem sérias dúvidas quanto aos direitos trabalhistas de seus empregados. Sempre buscando cumprir a legislação, Adalto busca o assessoramento de um advogado especializado em direito do trabalho, apresentando-lhe algumas situações concretas:

I. A empresa ABC Industrial S/A contratou Michel, de 16 anos, para trabalhar no período noturno.

II. A empresa ABC Industrial S/A dá o repouso semanal remunerado para alguns de seus funcionários aos domingos. Para outros, o repouso semanal é às segundas-feiras.

III. Pelo fato de a empresa ABC Industrial S/A ter mais de 150 empregados, é necessário que um deles seja eleito com a finalidade exclusiva de promover o entendimento dos empregados com os empregadores.

IV. Luciana, empregada da ABC Industrial S/A, entrou de férias em dezembro de 2016. A empresa garantiu-lhe o pagamento das férias remuneradas com um terço a mais do que o salário normal.

V. Negociação coletiva entre a empresa ABC Industrial S/A e o sindicato dos trabalhadores resultou na redução do salário dos operadores de máquinas.

Ao examinar as situações apresentadas, o advogado entendeu que estavam em conformidade com os direitos sociais dos trabalhadores constitucionalmente previstos as seguintes:

a) I, II, IV e V

b) III, IV e V

c) I, III e IV

d) II, IV e V

e) II e III

43. O Governador do Estado XYZ é denunciado no STJ pelo Ministério Público em virtude de, supostamente, ter favorecido a empresa WXIZ em licitação realizada pelo estado.

Tendo em vista a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) Em processos envolvendo Governadores, o STJ não tem competência para aplicar medidas cautelares como, por exemplo, a determinação de afastamento do cargo.

b) O Governador somente será processado e julgado pelo STJ após autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ, uma vez que a ele são aplicadas, por simetria, as imunidades garantidas pela Constituição Federal ao Presidente da República.

c) O STJ poderá receber a denúncia contra o Governador, independentemente de qualquer autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ. O recebimento da denúncia implicará no imediato afastamento do Governador, que só retornará após a conclusão do julgamento.

d) O Estado XYZ não pode instituir norma que condicione a instauração de ação penal contra o Governador à prévia autorização da Assembleia Legislativa.

e) O Governador deverá ser processado e julgado pela prática de crime comum perante o STF, após autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ.

44. Carlos Almeida é eleito Presidente da República para o mandato de 2019 a 2022, tendo como Vice-Presidente André Silveira. Em 2020, Carlos Almeida é condenado por crime de responsabilidade, perdendo o seu cargo público. Em 2021, André Silveira vem a falecer.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

a) Em virtude da morte de André Silveira, assumirá a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, que irá completar o mandato.

b) Embora tenha sido condenado por crime de responsabilidade, é possível que Carlos Almeida não perca o cargo de Presidente da República, tampouco se torne inelegível.

c) A condenação por crime de responsabilidade resulta na perda do cargo com inabilitação, por 8 (oito) anos, para o exercício de função pública.

d) Em virtude do falecimento de André Silveira, serão convocadas eleições diretas, que deverão ocorrer dentro de 90 dias após a vacância do cargo.

e) Após a condenação de Carlos Almeida, o Presidente da Câmara dos Deputados tornar-se-á o Vice-Presidente da República, assumindo a Presidência André Silveira.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – PROF. BRUNO KLIPPEL

45. Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho serão nomeados pelo Presidente

a) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

b) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

c) da República, após aprovação pela maioria relativa do Conselho Nacional de Justiça.

d) do Supremo Tribunal Federal, após aprovação pela maioria relativa do Senado Federal.

e) do Conselho Nacional de Justiça, após a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

46. Quanto ao processo judiciário do trabalho, é correto afirmar:

a) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as regras da CLT.

b) O direito processual comum é fonte primária, sendo aplicadas as normas processuais contidas na CLT de forma subsidiária.

c) Havendo omissão da CLT sempre serão aplicadas as regras do direito processual comum como fonte subsidiária.

d) Aplicam-se apenas as regras contidas na CLT, não podendo ser aplicada norma prevista no direito processual comum.

e) A CLT não possui regras processuais próprias, razão pela qual são aplicadas normas do direito processual comum.

47. De acordo com a CLT, com relação à competência em razão do lugar, não estando o empregado viajante comercial subordinado a agência ou filial, mas à matriz da empresa empregadora será competente para apreciar reclamação trabalhista a Vara

a) onde está localizada a matriz ou qualquer uma das agências ou filiais da empresa.

b) do local da última prestação de serviços realizada pelo reclamante.

c) do domicílio do reclamante, apenas.

d) do local da primeira prestação de serviços realizada pelo reclamante.

e) do domicílio do empregado ou a localidade mais próxima.

48. Urano ingressou com reclamatória trabalhista pretendendo receber adicional de periculosidade e horas extras em face da empresa que trabalha. Na audiência uma designada foi requerida a prova técnica pericial e a oitiva de testemunhas por carta precatória. O juiz deferiu apenas a realização da prova pericial, encerrando a instrução processual e designando julgamento. Inconformado, o patrono de Urano pode alegar nulidade processual

a) em qualquer fase do processo, por se tratar de nulidade fundada em incompetência de foro.

b) apenas em grau de recurso, por se tratar de nulidade fundada em incompetência de prerrogativa.

c) em qualquer momento do processo, quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

d) no prazo de cinco dias após a realização da audiência, por meio de agravo de instrumento.

e) à primeira vez em que tiver de falar em audiência ou nos autos, em razão do princípio da preclusão.

49. De acordo com a CLT, em regra, os atos processuais praticados no Processo Trabalhista serão

a) sempre públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.

b) públicos salvo quando as partes estabelecerem o contrário e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.

c) públicos salvo quando o contrário determinar o juiz e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 18 horas.

d) públicos salvo quando envolver pessoa pública de notoriedade social e a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia de feriado, independente de autorização expressa do juiz.

e) públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.

50. A preempção, no processo do trabalho, ocorre nas hipóteses de

a) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por quatro vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.

b) arquivamento da reclamação, por extinção sem resolução do mérito, em razão da falta de liquidação dos pedidos apresentados no rito sumaríssimo, por quatro vezes; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.

c) abandono da causa, por mais de um ano, depois da intimação pessoal do trabalhador, para dar andamento ao feito; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.

d) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal apresentada ao distribuidor.

e) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação a pedidos diferentes.

51. Sobre os recursos no Processo do Trabalho, conforme previsão legal é correto afirmar:

a) O Agravo de Instrumento é o recurso cabível para questionar as decisões interlocutórias, devendo ser interposto no prazo de 8 (oito) dias.

b) No Tribunal Superior do Trabalho cabem Embargos, no prazo de 8 (oito) dias das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ainda que a decisão recorrida esteja em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do próprio TST.

c) Cabe Recurso Ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 15 (quinze)

dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

d) O Recurso de Revista, interposto em 10 (dez) dias, dotado dos efeitos suspensivo e devolutivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão.

e) O Agravo de Petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

52. Em matéria de execução, de acordo com a CLT, é correto afirmar:

a) Nos embargos à execução a matéria de defesa será restrita às alegações de quitação ou prescrição da dívida.

b) Na fase de execução incabível a realização de audiência.

c) Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

d) Garantida a execução ou penhorados os bens o executado terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar embargos.

e) Garantida a execução ou penhorados os bens o exequente terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar impugnação.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA – PROF. RODRIGO RENNÓ

53. A teoria da expectância (ou expectativa) diz que a motivação é um produto das expectativas das pessoas em relação a suas habilidades de atingir os resultados e o valor que elas dão às recompensas. Seus elementos são:

a) intenção, direção e ação.

b) razão, emoção e reconhecimento.

c) expectativa, ação e resultado.

d) valor, expectativa e reconhecimento.

e) valência, instrumentalidade e expectativa.

54. Na avaliação de um programa educacional, é considerado o número de

crianças matriculadas como um indicador que se refere a

a) accountability.

b) eficácia.

c) eficiência.

d) economicidade.

e) efetividade.

55. Nem sempre a comunicação é efetiva, ou seja, o receptor entende o que está sendo transmitido. Isto pode ocorrer por diversos problemas ou barreiras. Estas barreiras causam distorções que atrapalham o processo de comunicação. Assinale abaixo a alternativa incorreta

a) filtragem, que seria a manipulação da mensagem pela pessoa que envia, para que seja vista favoravelmente pelo recebedor.

b) percepção seletiva, que está relacionada com o desvio de interpretação.

c) linguagem, pois as palavras significam a mesma coisa para todo mundo.

d) apreensão, que pode ocorrer por timidez, fobias e dificuldade na fala.

e) excesso de informação, que acontece quando recebemos mais informações do que podemos processar.

56. Um programa de qualidade simples, mas que demanda uma grande mudança de mentalidade nos membros da organização, é baseado fortemente na cultura japonesa e focado na ordem e na limpeza no ambiente de trabalho. Esse programa é conhecido como:

a) Benchmarking.

b) Reengenharia.

c) Downsizing.

d) 5S.

e) PDCA.

57. O Balance Scorecard – BSC é uma das metodologias mais difundidas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas e, na etapa correspondente à análise externa, busca identificar

- a) as ameaças e oportunidades existentes.
- b) as forças e fraquezas da organização.
- c) a missão, correspondente aos valores da organização.
- d) a visão da organização, que se contrapõe ao cenário externo.
- e) as metas estratégicas, fixando os indicadores correspondentes.

58. Dentro de uma perspectiva histórico-evolutiva, é possível distinguir diferentes modelos de Administração pública, sendo que o modelo.

- a) gerencial sucede o burocrático e dele se diferencia por estabelecer uma nítida separação entre propriedade e gestão pública.
- b) patrimonialista é precursor dos modelos burocrático e gerencial e deles se diferencia pela confusão entre a esfera pública e a esfera privada.
- c) burocrático sucede o gerencial e, entre outras diferenças, pode-se destacar a alteração da forma de controle, que passa a ser finalístico.
- d) burocrático, diversamente do modelo gerencial, privilegia o clientelismo e não valoriza a meritocracia.
- e) patrimonialista é uma deturpação do modelo burocrático, decorrente do excesso de estruturas com a apropriação do poder pelos burocratas.

59. O conceito relacionado com a capacidade de governo do Estado, com a gestão dos recursos e com a capacidade deste governo de implementar as políticas públicas, é relacionada com:

- a) burocracia.
- b) accountability.
- c) governança.
- d) governabilidade.
- e) cidadania.

60. Gestão estratégica por competências implica

- a) incorporar ao planejamento estratégico da organização as habilidades organizacionais com foco no balanced scorecard.

- b) mapear as competências operacionais dos funcionários e formular um plano de treinamento.

- c) focar o planejamento estratégico da organização na melhoria do comportamento dos funcionários frente aos desafios da globalização.

- d) adequar a política de remuneração da organização ao nível de competência formal dos seus membros, de acordo com o que manda a legislação.

- e) integrar ao planejamento da organização os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias à realização dos seus objetivos estratégicos.

PROVA DISCURSIVA – PROF. CARLOS ROBERTO

Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

“Se a deliberação e a participação devem encontrar seu lugar no Estado Democrático de Direito, será necessário aceitar um jogo entre, de um lado, os espaços públicos autônomos e as novas formas de institucionalidade que projetam, e, de outro, macroestruturas definidoras do regime democrático, que serão cada vez mais testadas em seus limites e suas configurações presentes. Entretanto, não se trata de um “livre jogo” entre os dois pólos, mas uma disputa política que só mostrará avanços emancipatórios se for capaz de afastar, a cada vez, em cada conflito concreto, o jugo determinante do dinheiro e poder administrativo.”

(NOBRE. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: NOBRE; COELHO, 2004, p. 37.)

Com base no excerto acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

Linha	SIMULADO TRT-SP - TEXTO DEFINITIVO
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	